

# As armadilhas da política econômica

SILVANO DA SILVA CARDOSO

A embriaguez do sucesso popular do "Cruzado I", ao contrário do que se esperava, conduziu as autoridades econômicas a um beco sem saída: de uma confortável situação cambial à erosão das reservas externas; do ufanismo de se liberar das imposições do FMI à adoção do receituário do Auditor-Mor das finanças internacionais privadas? de uma oferta interna de bens e serviços aquém do potencial da produção a restrições de toda espécie na órbita produtiva (onde seu aspecto mais visível é o desabastecimento e, como resultante, a crescente agiação generalizada); da ruptura da indexação ao retorno caótico dos índices como referencial de ajuste de rendas contratuais e até mesmo se introduziu um novo e extravagante indexador (as LBCs) para o mercado financeiro. As mudanças nas regras (para pior) da política salarial, repetindo os cacoetes da Velha República, descharacterizam a escala móvel como instrumento de preservação dos salários médios reais: agora, o relevante são as perdas reais dos assalariados e daí a idéia do chamado "pacto social". E, por fim, ao contrário do "Cruzado I" que dissipou o nevoeiro da "inflação inercial", deixando a nu os graves e difíceis problemas estruturais do País, o "Cruzado II" lançou

a economia num buraco negro, mesmo que se aceitasse o diagnóstico oficial da "explosão do consumo". Na realidade, outras opções de política poderiam ter sido tomadas.

Concretamente, inexiste definição de política econômica a longo prazo: o PND da Nova República não saiu do papel. E, desde que a economia é governada pela lógica da racionalidade do cálculo econômico privado, o que se observa é a retomada da produção (industrial) aos níveis de 1980. Não há prioridades alocativas setoriais, o custo do capital para as operações correntes é proibitivo, a política monetária se faz em zig-zag, a política fiscal está atrelada às necessidades de caixa do Tesouro, etc. Assim, com exceção dos "cenários" concebidos pelo BNDES — onde se procurou sustentar a tese equivocada da compatibilização dos saldos comerciais expressivos com a manutenção do crescimento a taxas históricas — não se cuidou da estruturação de uma política voltada para a expansão da base industrial produtiva. Uma peça chave de tal política, que é o sistema financeiro, ajustou-se, apenas, ao fim da correção monetária. Medidas inócuas foram tentadas no mercado financeiro, como a criação dos CDIs e das LTNFs, por exemplo. Mas, os constantes ajustes fiscais (e foram seis períodos: de 1.1 a 28/2, de 3.3 a 9.3, de 10.3 a 23.7, de 24.7 a 4.9, de 5.9 a

30.9 e até agora, a partir de 1.10.86) conturbaram o mercado, excitaram expectativas indesejadas para os objetivos das alterações fiscais e acabaram por elevar as taxas de juros para a estratosfera dentro da síndrome dos 60 dias para as operações. Com tal quadro de incertezas, paralelamente às distorções do congelamento e o último arrocho fiscal, torna-se óbvio que a taxa de investimento privado, como parcela do PIB, dificilmente poderá retornar aos níveis de 1975 (20,9% do PIB). Em 1983, último ano conhecido, a inversão privada não chegava a 10% do PIB.

Com o quadro da distribuição da renda — onde os 10% mais ricos detinham, em 1985, 47,7% do rendimento, contra os 13% dos 50% da população economicamente ativa — fica claro que a estrutura produtiva industrial está ajustada àquele perfil distributivo. Quando se engessa a economia, especialmente em seu setor oligoplizado, a racionalidade empresarial tem unicamente como saída a restrição das quantidades ofertadas. Assim, a "explosão do consumo" é o reverso das mudanças do "mix" da estrutura da oferta privada, que é a base do consumo assalariado. O "cruzado II", mais do que um equívoco, é uma armadilha para a política econômica.

SILVANO DA SILVA CARDOSO é Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.